

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE MONSANTO

Relatório de Gestão da Mesa administrativa

Exercício de 2021

Introdução

O presente relatório de gestão e contas do exercício, cumpre na íntegra as cláusulas estatutárias, pelo que a Mesa Administrativa vem apresentá-lo aos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, também abreviadamente denominada de Santa Casa da Misericórdia ou, simplesmente, Misericórdia de Monsanto, é uma associação de fiéis, com personalidade jurídica canónica e tem como fim a prática das Catorze Obras de Misericórdia, tanto corporais como espirituais, visando o serviço e apoio com solidariedade a todos os que precisam, bem como a realização de actos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informado pelos princípios do humanismo e da doutrina e moral cristãs.

A misericórdia de Monsanto tem também reconhecida a sua personalidade jurídica civil, com estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, pelo que é considerada uma entidade da economia social, nos termos da respectiva Lei de Bases, e natureza de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública.

Neste oitavo ano de mandato dos atuais corpos sociais, julgamos ter prestado bons serviços, tanto a nível interno como externo, envolvendo todos os nossos recursos humanos, a quem desde já agradecemos.

A gestão da SCMM tem desafios constantes e diários no cumprimento da legislação em vigor e na manutenção da sustentabilidade financeira. A obrigatoriedade da qualidade de serviços é um dever que a Mesa Administrativa sempre teve presente no seu dia a dia e que mantém para com os seus Utentes e Colaboradores.

Continuamos com grande empenho e dedicação conscientes de que esta região, as pessoas que aqui residem, as pessoas que aqui trabalham, a história dos nossos antepassados, a nossa cultura e as nossas tradições merecem ser protegidas e preservadas.

Plano estratégico para a sustentabilidade futura

A desertificação do interior de Portugal, conduziu a que a tenhamos cada vez menos população, por isso é muito importante reforçar as organizações existentes que garantam algum emprego e a fixação de jovens na região.



A sustentabilidade da Instituição obriga a investimentos na adaptação das instalações para que sejam cumpridas as obrigações definidas pelas alterações legislativas, e sobretudo para que aumentem os níveis de conforto, para que juntamente com o trabalho eficiente das nossas colaboradoras e colaboradores, seja já considerada uma referência a nível regional e, deste modo, possamos atrair Utentes de outras localidades.

Handwritten signatures and initials:
A. Costa
[Signature]
[Signature]
[Signature]
[Signature]

Análise económica e financeira

Procuramos ser Instituição de referência a nível regional na promoção de respostas sociais adequadas às necessidades sentidas pelos cidadãos;

Queremos consolidar o rigor institucional através de uma relação de transparência e credibilidade entre todos os intervenientes;

Apostamos na qualidade dos serviços prestados sem descurar a eficiência e a sustentabilidade económica.

O resultado do ano de 2021 foi um saldo positivo de 61.357,15 Euros.

Em anexo ao Relatório de Gestão juntamos as Demonstrações Financeiras que apresentam uma análise mais detalhada da situação económica e financeira da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto e da sua evolução nos anos de 2020 e 2021.

Recursos humanos

Fomentar a constante motivação das colaboradoras e colaboradores, privilegiando o trabalho de equipa e as relações interpessoais;

Garantir a permanente qualificação das colaboradoras e colaboradores que promovam o aumento dos seus conhecimentos, competências e aptidões, através de mecanismos inovadores;

Garantir a igualdade de oportunidades, não discriminação e restantes princípios éticos;

Assegurar o cumprimento das questões relacionadas com a higiene, saúde e segurança no trabalho.

Perspectivas para o futuro

Para o ano de 2022 procuramos cumprir o plano de actividades aprovado em Novembro de 2021.

Consideramos importante e necessário fazer os investimentos previstos no plano de investimentos para 2022.

Foram substituídas as portas da Igreja da Misericórdia, ficando a restante remodelação condicionada ao seu financiamento em condições favoráveis.

Os investimentos serão realizados à medida que seja possível garantir o seu financiamento sem comprometer a sustentabilidade financeira corrente.

Iniciamos o projeto para os arranjos exteriores ao lar, com a construção de um circuito de manutenção e florestação e jardinagem de parte da área envolvente ao lar porque melhora a climatização e conforto. Procuramos que este investimento seja realizado de forma progressiva e faseada.

Comentários finais

Estamos atentos às críticas e aos anseios de todos os que de algum modo se preocupam com esta Instituição, ajudando-nos a corrigir o que deve ser corrigido, sempre numa perspectiva de um futuro que reforce a qualidade.

Gostávamos de ver maior participação dos irmãos e de ter mais adesões de novos irmãos jovens e menos jovens que permitissem que esta instituição veja reforçados os laços de solidariedade dos Monsanto, dos residentes nesta região para que a cultura Monsanto perdure e se reforce.

Monsanto, 15 de Março de 2022

A Mesa Administrativa

Antonio Luis Audeci Buitoni

Maria Alice Monteiro Santos Estica

Jose Amil Pires da Costa

Paulo Nazario Santos Lopes

[Assinatura]



Demonstrações Financeiras 2021

(31 de Dezembro de 2021)

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	5
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	6
Anexo	7
1. Identificação da Entidade	7
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	7
3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.	8
3.1. Bases de Apresentação.....	8
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	9
3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros	9
4. Ativos Fixos Tangíveis	10
5. Inventários	12
6. Rendimentos e Gastos	12
6.1. Rendimentos.....	12
6.2. Gastos	13
7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas.....	14
8. Instrumentos Financeiros	14
9. Benefícios dos empregados.....	16
10. Acontecimentos após data de Balanço	17
11. Outras Informações	18
11.1. Investimentos Financeiros	18
11.2. Diferimentos	18
11.3. Fundos Patrimoniais	19
11.4. Estado e Outros Entes Públicos	19
11.5. Resultados Financeiros	19
12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19

Balanço

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	974 646,36	1 070 395,52
Bens do património histórico e cultural	4	55 084,12	55 084,12
Investimentos financeiros	11.1	4 253,17	3 393,16
Subtotal		1 033 983,65	1 128 872,80
Ativo corrente			
Inventários	5	941,26	1 914,22
Créditos a receber	8	29 776,58	29 502,70
Estado e outros Entes Públicos	11.4	18 713,97	26 008,41
Diferimentos	11.2	9 124,46	5 721,25
Outros ativos correntes	8	179 419,59	180 835,36
Caixa e depósitos bancários	8	597 316,65	511 922,67
Subtotal		835 292,51	755 904,61
Total do Ativo		1 869 276,16	1 884 777,41
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais	11.3		
Fundos	11.3	852 308,89	852 308,89
Resultados transitados	11.3	645 786,36	582 324,48
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	7, 11.3	228 008,41	259 057,32
Resultado líquido do período		61 357,15	63 461,88
Total dos fundos patrimoniais		1 787 460,81	1 757 152,57
Passivo			
Passivo não corrente			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	8	9 837,03	17 042,10
Estado e outros entes públicos	11.4	9 812,24	43 627,67
Diferimentos	11.2	438,80	-
Outros passivos correntes	8	61 727,28	66 955,07
Subtotal		81 815,35	127 624,84
Total do passivo		81 815,35	127 624,84
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 869 276,16	1 884 777,41

Monsanto, 14 de Março 2022
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Joaquim de Almeida José

ABeet

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	6.1	463 154,72	433 399,49
Subsídios, doações e legados à exploração	7	307 043,01	299 534,69
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	5	(102 126,24)	(97 056,02)
Fornecimentos e serviços externos	6.2	(127 615,80)	(132 199,38)
Gastos com o pessoal	9	(400 517,94)	(374 808,28)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	(2 274,66)	(7 290,01)
Aumentos/reduções de justo valor	11.1		180,49
Outros rendimentos	6.1	50 671,17	68 614,00
Outros gastos	6.2	(1 106,70)	(2 184,16)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		187 227,56	188 190,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(126 054,81)	(124 984,12)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		61 172,75	63 206,70
Juros e rendimentos similares obtidos	11.5	184,40	255,18
Resultados antes de impostos		61 357,15	63 461,88
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		61 357,15	63 461,88

Monsanto, 14 de Março 2022
O CONTABILISTA CERTIFICADO

Miguel Jacquin de Almeida Jari

MESA ADMINISTRATIVA

Almeida

[Handwritten marks]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2020

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	1	852 308,89	556 456,75	262 253,79	25 867,73	1 696 887,16	-	1 696 887,16
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Apliação do Resultado Líquido de 2019	2	-	25 867,73	-	(25 867,73)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				63 461,88	63 461,88	-	63 461,88
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3				37 594,15	37 594,15	-	37 594,15
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações	7	-	-	(3 196,47)	-	(3 196,47)	-	(3 196,47)
	5	-	-	(3 196,47)	-	(3 196,47)	-	(3 196,47)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020	=1+2+3+4	852 308,89	582 324,48	259 057,32	63 461,88	1 757 152,57	-	1 757 152,57

Monsanto, 14 de Março 2022
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Jacquin de Almeida José

[Handwritten signatures]

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2021

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade					Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Resultados Transitados	Ajustamentos/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021	1	852 308,89	582 324,48	259 057,32	63 461,88	1 757 152,57	-	1 757 152,57
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Apliação do Resultado Líquido de 2020	11.3	-	63 461,88	-	(63 461,88)	-	-	-
	2	-	63 461,88	-	(63 461,88)	-	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3				61 357,15	61 357,15	-	61 357,15
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3				(2 104,73)	(2 104,73)	-	(2 104,73)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
Outras operações	7	-	-	(31 048,91)	-	(31 048,91)	-	(31 048,91)
	5	-	-	(31 048,91)	-	(31 048,91)	-	(31 048,91)
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021	=1+2+3+4	852 308,89	645 786,36	228 008,41	61 357,15	1 787 460,81	-	1 787 460,81

Monsanto, 14 de Março 2022
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA

Miguel Jacquin de Almeida José

[Handwritten signatures]

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Santa Casa da Misericórdia de Monsanto

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

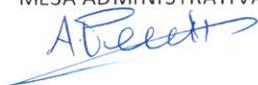
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Unidade Monetária: Euros

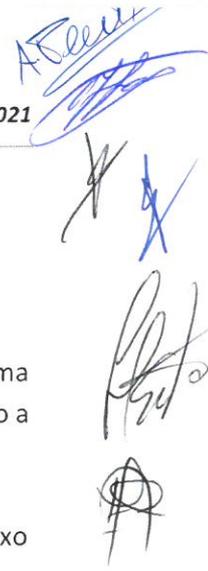
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		484 041,97	438 420,14
Pagamentos/Recebimentos de subsídios	7	307 502,69	300 073,31
Pagamento a fornecedores		(256 164,64)	(244 292,37)
Pagamentos ao pessoal		(445 254,63)	(369 388,06)
Caixa gerada pelas operações		90 125,39	124 813,02
Outros recebimentos/pagamentos		26 180,78	(10 757,32)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		116 306,17	114 055,70
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(30 305,65)	(244 704,78)
Investimentos financeiros	11.1	(860,01)	(804,62)
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento	7	-	27 880,00
Juros e rendimentos similares	11.5	253,47	260,84
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		(30 912,19)	(217 368,56)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		85 393,98	(103 312,86)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		511 922,67	615 235,53
Caixa e seus equivalentes no fim do período		597 316,65	511 922,67

Monsanto, 14 de Março 2022
O CONTABILISTA CERTIFICADO

MESA ADMINISTRATIVA





Anexo

Nota Introdutória

A Mesa Administrativa entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, bem como a sua posição, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Sempre que não exista outra referência, os montantes apresentados no presente Anexo apresentam-se expressos em euros.

1. Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, com o NIF 501290524 é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS – Misericórdia, com sede e instalações sociais em Avenida Heróis do Ultramar, s/n, na localidade de Relva, da vila de Monsanto, concelho de Idanha-a-Nova.

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Monsanto, fundada no início do século XVI, é uma associação de fiéis, constituída na ordem jurídica canónica, com o objetivo de satisfazer carências sociais e de praticar atos de culto católico, de harmonia com o seu espírito tradicional, informada pelos princípios de doutrina moral e cristãs.

Tem como atividade a prestação de serviços sociais na comunidade civil e para que possa prosseguir os seus objetivos, está enquadrada nos seguintes C.A.E.'s:

- 87301 Atividades apoio social para pessoas idosas, com alojamento
- 88101 Atividades apoio social para pessoas idosas, sem alojamento
- 56290 Outras atividades de serviço de refeições

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicado pelo Aviso n.º 8259/2015, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2016, de 2 de junho.

As demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos do art.º 4.º da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

Segundo as informações disponíveis, pressupõe-se que a adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo terá sido 1 de janeiro de 2012, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL. Desta forma, as Demonstrações Financeiras dos anos anteriores foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura (já o SNC-ESNL) pelo que se verifica boa comparabilidade entre as Demonstrações Financeiras de 2021 e 2020.

3. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (Nota 8) e “Diferimentos” (Nota 11.2).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes ou utilizadores desta informação.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta a natureza da

reclassificação; a quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e a razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os “Investimentos Financeiros” são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP).

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

3.2.2. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.3. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) a Entidade está isenta desse Imposto (IRC).

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.4. Subsídios ao Investimento

A entidade no âmbito da sua atividade recebe diversos apoios financeiros concedidos por organismos estatais e particulares, para a execução de investimentos nos seus ativos fixos tangíveis:

- i) Os apoios contratualizados são reconhecidos na rubrica “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” em contrapartida da rubrica de “Outras Contas a Receber”, na exata medida da comparticipação prevista em função dos investimentos executados, corrigidos de eventuais investimentos não elegíveis para comparticipação.
- ii) Os recebimentos relativos a estes subsídios são reconhecidos na rubrica “Outras contas a Receber” (a crédito) em contrapartida das rubricas de Disponibilidades.
- iii) A imputação aos resultados dos subsídios contratualizados é efetuada em função da taxa de depreciação aplicada aos bens objeto de comparticipação.
- iv) Quaisquer montantes de subsídios recebidos que não correspondam a investimentos executados (adiantamentos), são apresentados na rubrica de “Outras contas a Pagar”.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram efeitos consideráveis resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

4. Ativos Fixos Tangíveis

4.1.1. Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”. Estes bens não são depreciáveis, de acordo com o disposto na respetiva norma contabilística. No período de 2021, (à semelhança do que já tinha ocorrido em 2020) verificou-se que não existiam quaisquer variações de valores nesta rubrica, tal como demonstra o mapa seguinte:

31 de Dezembro de 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Bens imóveis	55 084,12					55 084,12
Arquivos	-					-
Bibliotecas	-					-
Museus	-					-
Bens móveis	-					-
Esculturas	-					-
Total	55 084,12	-	-	-	-	55 084,12

De referir ainda que a manutenção dos valores destes ativos se deve à sua natureza, pois não são sujeitos a depreciações, não tendo igualmente ocorrido qualquer perda por imparidade.

4.1.2. Outros Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados, ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador ou pelo Valor Patrimonial Tributário conhecido na data da transação.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta (quotas constantes), em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem, na sua maioria aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo (de acordo com o disposto no DR 25/2009):

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	5 a 50
Equipamento básico	1 a 30
Equipamento de transporte	4
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 10
Equipamento administrativo	3 a 10

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos" (Nota 6.1) ou "Outros gastos" (Nota 6.2).

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, encontram-se de acordo com os seguintes quadros:

Ativos Fixos Tangíveis em 2020						
	Saldo em 01-Jan-2020	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2020
Custo						
Terrenos e recursos naturais	10 225,35	-	-	-	-	10 225,35
Edifícios e outras construções	1 579 374,87	31 589,48	-	197 183,61	-	1 808 147,96
Equipamento básico	496 661,29	30 796,72	-	-	-	527 458,01
Equipamento de transporte	66 638,70	-	-	-	-	66 638,70
Equipamento administrativo	20 866,31	-	-	-	-	20 866,31
Equipamento biológico	445,01	-	-	-	-	445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	147 188,98	45 927,20	-	-	-	193 116,18
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	7 447,25	197 183,61	-	(197 183,61)	-	7 447,25
Total	2 328 847,76	305 497,01	-	-	-	2 634 344,77
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	766 079,81	88 353,14	-	-	-	854 432,95
Equipamento básico	457 334,19	21 193,59	-	-	-	478 527,78
Equipamento de transporte	66 638,70	-	-	-	-	66 638,70
Equipamento administrativo	19 910,45	191,07	-	-	-	20 101,52
Equipamento biológico	445,01	-	-	-	-	445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	128 556,97	15 246,32	-	-	-	143 803,29
Total	1 438 965,13	124 984,12	-	-	-	1 563 949,25
Ativos Fixos Tangíveis "Líquido"	889 882,63	180 512,89	-	-	-	1 070 395,52

Ativos Fixos Tangíveis em 2021						
	Saldo em 01-Jan-2021	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2021
Custo						
Terrenos e recursos naturais	10 225,35	-	-	-	-	10 225,35
Edifícios e outras construções	1 808 147,96	-	-	-	-	1 808 147,96
Equipamento básico	527 458,01	8 004,08	-	-	-	535 462,09
Equipamento de transporte	66 638,70	-	-	-	-	66 638,70
Equipamento administrativo	20 866,31	8 132,59	-	-	-	28 998,90
Equipamento biológico	445,01	-	-	-	-	445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	193 116,18	12 320,91	-	-	-	205 437,09
Ativos Fixos Tangíveis em Curso	7 447,25	1 848,07	-	-	-	9 295,32
Total	2 634 344,77	30 305,65	-	-	-	2 664 650,42
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	854 432,95	88 353,14	-	-	-	942 786,09
Equipamento básico	478 527,78	17 161,08	-	-	-	495 688,86
Equipamento de transporte	66 638,70	-	-	-	-	66 638,70
Equipamento administrativo	20 101,52	3 046,55	-	-	-	23 148,07
Equipamento biológico	445,01	-	-	-	-	445,01
Outros Ativos fixos tangíveis	143 803,29	17 494,04	-	-	-	161 297,33
Total	1 563 949,25	126 054,81	-	-	-	1 690 004,06
Ativos Fixos Tangíveis "Líquido"	1 070 395,52	(95 749,16)	-	-	-	974 646,36

5. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição ou custo corrente, o mais baixo dos dois. A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou subsidiariamente o FIFO (*first in, first out*).

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2021 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2020	Compras	Inventário em 31-Dez-2020	Compras	Inventário em 31-Dez-2021
Mercadorias					
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	838,41	98 131,83	1 914,22	101 153,28	941,26
Produtos Acabados e Intermediários					
Produtos e trabalhos em curso					
Total	838,41	98 131,83	1 914,22	101 153,28	941,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			97 056,02		102 126,24
Variações nos inventários da produção			-		-

De referir que os valores da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” se detalham como se segue:

Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Valor 2020	Valor 2021
Géneros Alimentares	85.527,34 €	90.852,49 €
Material de Penso, Consumo e Fraldas	11.528,68 €	11.273,75 €
TOTAL	97.056,02 €	102.126,24 €

6. Rendimentos e Gastos

6.1. Rendimentos

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2021	2020
Vendas	19 768,40	12 955,01
Prestação de Serviços	443 386,32	420 444,48
Quotas dos utilizadores	443 186,32	419 924,48
Quotas e Jóias	200,00	520,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
Serviços Secundários	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Outros rendimentos	-	-
Total	463 154,72	433 399,49

A rubrica de “Prestações de Serviços” é constituída basicamente pelas mensalidades pagas pelos utentes.

Já quanto às “Vendas”, representam as transações comerciais relacionadas com o fornecimento de refeições a entidades escolares que tendo em conta as novas exigências fiscais em IVA e regras de emissão de faturação, considerou-se ser esta a classificação mais adequada.



A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	240,00	662,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	93,64	89,50
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subs., assoc. e empr. conj.	-	-
Rendimentos e ganhos nos rest. activos financ.	-	-
Rendimentos e ganhos em invest. não financeiros	10 000,00	-
Outros rendimentos e ganhos, dos quais:	40 337,53	67 862,50
Imputação Subsid. Investimento	24 489,55	31 076,47
Correções relativas a exercícios anteriores	336,01	19 369,55
Reembolsos	12 615,00	14 452,83
Donativos ("não específicos")	2 877,93	2 959,23
Total	50 671,17	68 614,00

(*) Discriminadas as quatro rubricas de maior valor por ordem decrescente

Verifica-se a manutenção aproximada de todos os valores em todas as rubricas, com exceção do reconhecimento de rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros, cujo valor se deve à alienação de um imóvel sito na Rua do Pardieiro.

6.2. Gastos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	40 243,67	38 554,86
Materiais	4 909,34	3 679,90
Energia e fluidos	58 643,52	60 366,90
Deslocações, estadas e transportes	13,45	76,50
Serviços diversos (*)	23 805,82	29 521,22
Limpeza, Higiene e Conforto	19 989,14	25 746,06
Comunicação	1 855,08	1 929,57
Seguros	1 459,43	1 378,01
Total	127 615,80	132 199,38

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	60,42	29,21
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	0,42
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subs., assoc. e empr. conj.	-	-
Gastos e perdas nos rest. activos financ.	-	-
Gastos e perdas em invest. não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas, dos quais:	1 046,28	2 154,53
Correções anos anteriores	365,31	1 619,38
Quotizações	480,00	480,00
Outros não especificados	200,94	55,15
Total	1 106,70	2 184,16

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

7. Subsídios e outros apoios das entidades públicas

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes saldos nas rubricas de Subsídios do governo e de outras entidades:

Subsídios do Governo	2020		2021		
	Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer	Adições/Contratualização	Reconhecidos em resultados	Saldo Final a Reconhecer
Subsídios do Governo - Exploração	299 534,69	-	-	307 043,01	-
Acordos Segurança Social - Terceira Idade	292 238,57	-	-	305 223,00	-
IEFP - Medidas Emprego	-	-	-	87,76	-
Programa Adaptar Social +	7 120,00	-	-	-	-
Medida Apoio Família - COVID19	176,12	-	-	-	-
Compensação SMN - IAPMEI	-	-	-	1 732,25	-
Subsídios do Governo - Investimentos	31 076,47	259 057,32	(6 559,36)	24 489,55	228 008,41
Subs. PRODER (Obras de requalificação)	5 733,86	80 273,94	-	5 733,86	74 540,08
Subs. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova 2016	6 586,92	-	-	-	-
Subs. CENTRO-05-45482-FEDER-000180	17 280,03	152 379,04	(6 559,36)	17 280,03	128 539,65
Subs. Câmara Municipal de Idanha-a-Nova 2020	1 350,00	25 650,00	-	1 350,00	24 300,00
Programa Adaptar Social +	125,66	754,34	-	125,66	628,68
Subsídios do Governo - Não Depreciáveis	-	-	-	-	-
Total Subsídios do Governo	330 611,16	259 057,32	(6 559,36)	331 532,56	228 008,41

A semelhança dos anos anteriores, foram reconhecidas em resultados, várias imputações dos respetivos subsídios ao investimento de acordo com os períodos de vida útil estimados dos bens ativos fixos que lhe estão subjacentes.

Neste exercício verificou-se a ausência do reconhecimento em resultados do subsídio ao investimento relacionado com a verba recebida em 2016 (proveniente da CMIN) cujo período de reconhecimento terminou em 2020.

Quanto aos subsídios à exploração, os mesmos foram reconhecidos em resultados em função do reconhecimento dos gastos a que se destinam compensar.

8. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Para os períodos de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Clientes e Utentes c/c	29 181,08	29 206,88
Clientes	26 270,92	26 270,92
Utentes	2 910,16	2 935,96
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	14 238,19	11 598,27
Clientes	-	-
Utentes	14 238,19	11 598,27
Perdas de Imparidade Acumuladas	13 642,69	11 302,45
Clientes	-	-
Utentes	13 642,69	11 302,45
Total	29 776,58	29 502,70

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Igualmente nos períodos de 2021 e 2020 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2021	2020
Clientes	-	-
Utentes	(2 274,66)	(7 290,01)
Total	(2 274,66)	(7 290,01)

Quanto à rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2021	2020
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	8 074,51	5 072,29
Subsídios à Exploração a Receber	368,59	-
Subsídios ao Investimento a Receber	163 099,71	173 659,07
Outros Devedores (inclui Cauções)	9 368,17	9 261,15
Adiantamentos a fornecedores	5 600,18	-
Perdas por Imparidade	7 091,57	7 157,15
Total	179 419,59	180 835,36

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	176,87	91,00
Depósitos à ordem	347 139,78	261 831,67
Depósitos a prazo	250 000,00	250 000,00
Outros	-	-
Total	597 316,65	511 922,67

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	9 837,03	17 042,10
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em receç. e conf.	-	-
Total	9 837,03	17 042,10

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	60 587,06	-	66 955,07
Cauções de Outras Entidades	-	-	-	-
Adiantamentos de Clientes/Utentes	-	1 140,22	-	-
Outros Profissionais	-	-	-	-
Outros credores	-	-	-	-
Total	-	61 727,28	-	66 955,07

9. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2021 e 2020, foi respetivamente, de 17 membros (entre efetivos e suplentes).

Na data de encerramento deste exercício, a constituição destes órgãos, quanto aos seus membros efetivos, é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

- Luís António Mendonça Castiço – Presidente
- Jorge Daniel Pires da Costa – 1.º Secretário
- José Joaquim França – 2.º Secretário

Mesa Administrativa

- António Luís Andrade Pereira – Provedor
- Maria Alice Monteiro Sanano Castiço – Vice-Provedora
- Luís Filipe Pedroso Rodrigues – Secretário

- Paulo Manuel Santos Correia – Tesoureiro
- Carlos Manuel dos Santos – Vogal

Conselho Fiscal

- Manuel Martins Ramos – Presidente
- José Manuel Boino – 1.º Secretário
- António de Oliveira Monteiro – 2.º Secretário

Os órgãos sociais (Mesa da Assembleia Geral, Mesa Administrativa e Conselho Fiscal) da Entidade não auferem qualquer remuneração de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

Já quanto aos colaboradores, a sua evolução quantitativa foi a seguinte:

Evolução do Número de Pessoas ao Serviço	Média 2020	Média 2021	Dezembro 2021
Colaboradores - Conta Outrem	30	31	31
Colaboradores - Independentes	2	1	1
Total de Colaboradores	32	32	32

Importa referir que nestas contagens estão considerados todos os colaboradores, independentemente do vínculo laboral existente, mesmo no caso dos programas e candidaturas com enquadramento no I.E.F.P.

Os gastos em que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais		
Remunerações ao Pessoal	322 254,67	298 554,55
Benefícios Pós-Emprego		
Indemnizações	709,44	1 435,67
Encargos sobre as Remunerações	71 787,25	66 756,44
Seguros de Acidentes no Trabalho	3 736,25	3 792,23
Gastos de Acção Social		
Outros Gastos com o Pessoal	2 030,33	4 269,39
Total	400 517,94	374 808,28

10. Acontecimentos após data de Balanço

Na sequência do desenvolvimento da infeção epidemiológica por COVID-19, a Mesa Administrativa elaborou um plano de contingência que incluiu medidas suscetíveis de minimizar os riscos associados ao desenvolvimento da mesma ao nível de Pandemia.

O alastrar mundial da epidemia do vírus Covid-19, e do impacto das medidas de contenção entretanto tomadas pelas diversas autoridades, foram e são, ainda que em menor escala, responsáveis pela degradação do perfil do crescimento económico em 2022.

Seguramente que todas as previsões macroeconómicas, conjunturais e até estruturais, para o próximo ano serão ainda mais negativas e de muitas dificuldades, após a eclosão do recente conflito armado na Ucrânia, que trará certamente consequências a todos os níveis (gastos e rendimentos).

Considerando todos os desenvolvimentos recentes, existe muita incerteza sobre o desenvolvimento da situação, mas à data atual, a Mesa Administrativa informa que não existem indicadores de que as atividades desta entidade venham a ser afetadas de forma muito grave, pelo que entendem que não está em causa a continuidade da instituição, embora sejam esperadas muitas dificuldades.

Dada a incerteza, a Mesa Administrativa não está em condições de fornecer informação económica e financeira precisa sobre o impacto nos gastos e rendimentos da instituição, sendo, no entanto, do seu conhecimento que inevitavelmente se verificarão aumentos dos gastos e reduções dos rendimentos.

11. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das rubricas das demonstrações financeiras, são ainda divulgadas as seguintes informações.

11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2021	2020
Investimentos em subsidiárias	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em associadas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Métodos	-	-
Investimentos noutras empresas	-	-
Método de Equivalência Patrimonial	-	-
Outros Investimentos Financeiros	4 253,17	3 393,16
Títulos e Outros		
Fundos	4 253,17	3 393,16
Perdas por Imparidade Acumuladas		
Total	4 253,17	3 393,16

O valor indicado refere-se apenas a fundos de capitalização de constituição legal e obrigatória, nomeadamente o FCT – Fundo de Compensação do Trabalho e o FRSS – Fundo de Reestruturação do Setor Solidário. A variação deve-se unicamente ao contínuo reforço mensal do FCT, em função dos vencimentos processados, bem como a respetiva valorização das UP's (Unidades de Participação) detidas por esta Santa Casa.

11.2. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	1 892,72	2 012,78
Fornec. e Serviços Externos	7 231,74	3 708,47
Total	9 124,46	5 721,25
Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à Exploração	438,80	-
Total	438,80	-

11.3. Fundos Patrimoniais

Em 2021, nesta rubrica, verificaram-se as habituais movimentações de reconhecimento do resultado líquido do ano anterior e do reconhecimento como rendimentos de parte dos subsídios de investimento e das doações cujos ativos se encontram em utilização / depreciação. Assim, nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2021
Fundos	852 308,89	-	-	852 308,89
Resultados transitados	582 324,48	63 461,88	-	645 786,36
Outras variações nos fundos patrimoniais	259 057,32	-	31 048,91	228 008,41
Total	1 693 690,69	63 461,88	31 048,91	1 726 103,66

11.4. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" é justificada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	18 713,97	26 008,41
Segurança Social	-	-
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	18 713,97	26 008,41
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	946,01	35 103,21
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	1 215,00	1 451,00
Segurança Social	7 570,41	7 002,58
Outros Impostos e Taxas	80,82	70,88
Total	9 812,24	43 627,67

11.5. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Total	-	-
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	184,40	255,18
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	184,40	255,18
Resultados financeiros	184,40	255,18

12. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

A entidade não se encontra obrigada a Certificação Legal de Contas, pelo que não dispõe dos serviços nem custeia quaisquer honorários devidos por esta atividade.

Monsanto, 14 de março de 2022

O Contabilista Certificado



A Mesa Administrativa

